

METAS PARA A QUEDA DA INFLAÇÃO

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Folha de S. Paulo, 23.10.1984

O ministro do Planejamento está propondo aos empresários uma espécie de pacto antiinflacionário, oferecendo em troca a contenção dos preços das empresas estatais. Embora não se possam esperar resultados extraordinários de uma ação governamental desta natureza, não há dúvida que a iniciativa está apontada na direção correta e poderá apresentar resultados positivos, ainda que modestos, desde que o peso da contenção não acabe ficando exclusivamente por conta das empresas estatais.

A proposta que está surgindo de reuniões do Ministro do Planejamento e do Secretário de Abastecimento e Preços com os empresários é a da fixação de metas mensais moderadamente decrescentes de elevação dos preços. Na medida em que estas metas alterarem as expectativas dos empresários e orientarem seus aumentos de preços, a inflação deverá cair paulatinamente.

A fórmula pode parecer elementar, mas faz sentido. A inflação não é, obviamente, um mero problema de expectativas psicológicas. Na verdade, é o resultado de um conflito distributivo real e permanente, no qual cada agente econômico, dado uma taxa de inflação corrente, trata de aumentar seus preços e salários de forma a não perder e se possível ganhar participação na renda. A indexação da economia não é outra coisa senão a institucionalização e a tentativa de neutralização desse conflito.

Nestes termos, a indexação transforma-se, independentemente das expectativas, em um poderoso fator mantenedor da inflação, reproduzindo a inflação passada para o futuro, na medida em que todos os agentes econômicos repassam automaticamente os aumentos de seus custos para seus preços.

A inflação torna-se assim autônoma, independente da existência de pressão de demanda. E medidas recessivas para combater a inflação são ineficientes, afetando apenas os setores competitivos da economia, que não logram administrar seus preços.

Nestes termos, para combater uma inflação autônoma dessa natureza, a melhor alternativa é abandonar a fórmula de indexação dos preços de acordo exclusivamente com a inflação passada e levar em consideração também uma taxa de inflação futura declinante. Caso todos reajstem seus preços de acordo com essa fórmula, a inflação declinará sem que haja grandes perdedores. A outra alternativa é escolher um setor ou uma classe geralmente os trabalhadores para pagar toda a conta da desaceleração inflacionária. Mas além de injusta esta fórmula é hoje politicamente inviável.

A proposta de se estabelecerem metas para a elevação de preços ligeiramente inferiores às vigentes é uma fórmula prática de indexação de preços de acordo com a inflação futura. Por isso é correta.

O grande problema é convencer os agentes econômicos a seguir a fórmula. Nesse sentido, os preços das empresas estatais podem ser um bom indicador. Outro indicador importante são as minidesvalorizações da taxa de câmbio. Mas, da mesma forma que esse tipo de política não deve levar à valorização do cruzeiro, não deve também prejudicar as empresas estatais. Se os demais agentes econômicos não acompanharem as metas, não restará outra alternativa para o governo senão reajustar rapidamente os preços das empresas estatais.

Caso contrário além de as empresas estatais serem prejudicadas, agravando seus atuais problemas de excessivo endividamento, quando afinal for inevitável reajustar seus preços, teremos um reajuste súbito e grande, ou seja, teremos a clássica “inflação corretiva”, que acelerará a inflação, fazendo-a mudar de patamar. Segurar os preços das empresas estatais enquanto os demais agentes econômicos continuam a aumentar livremente seus preços pouco adiantará no combate à inflação, enquanto que o Choque provocado pela “inflação corretiva” será altamente inflacionário.(23/10)